

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.344 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 22 DE AGOSTO DE 2001

SENADORES DO PARANÁ PROTESTAM CONTRA VENDA DA EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA

Osmar Dias pede união das oposições para tentar anular sessão da Assembléia Legislativa que derrotou o projeto que bloqueava venda da empresa. Álvaro Dias crê em ação popular para impedir o negócio. Roberto Requião denuncia interferência do presidente da República.

PÁGINA 7



JOSÉ ALENCAR ABRE SEMINÁRIO COBRANDO INVESTIMENTOS NO SETOR ENERGÉTICO

PÁGINA 6

Educação quer impedir mau uso da Internet

Comissão aprovou ontem projeto que torna obrigatório o registro das conexões entre usuários e provedores.

PÁGINA 12

Gasoduto poderá contratar empréstimo de US\$ 180 mi

Comissão de Assuntos Econômicos aprova solicitação do governo federal para obra do gasoduto Bolívia-Brasil. Plenário vai examinar a matéria amanhã

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, participa da reunião da CAE, presidida por Lúcio Alcântara



O pedido de autorização do governo federal para que a Transportadora Brasileira Gasoduto Brasil-Bolívia (TGB) tome empréstimo de US\$ 180 milhões junto ao Banco Mundial foi aprovado ontem pela CAE. Os recursos destinam-se à obra do gasoduto, que percorre diversos estados brasileiros. A solicitação vai ser examinada amanhã pelo Plenário. A CAE aprovou também pedidos dos estados do Ceará e de Pernambuco e da prefeitura de Juiz de Fora para contratar operações de crédito. A dívida da Tanzânia com o Brasil, no valor de US\$ 232,5 milhões, poderá ser reescalada.

PÁGINA 3

Banco Central não incriminou nem inocentou Jader, afirma Gros

PÁGINA 9



Ao lado de Gros, o procurador José Coelho Ferreira (D) também depôs no Conselho de Ética

CCJ discute forma de garantir acesso de pessoas de baixa renda à Justiça

PÁGINA 5

Cabral (C) presidiu debate sobre fortalecimento das defensorias públicas



Crianças carentes poderão ter melhor alimentação

Fundo que será votado hoje pelo Plenário também objetiva garantir a nutrição de gestantes carentes. O texto em exame é um substitutivo da Comissão de Educação ao projeto de lei oriundo da Câmara dos Deputados

Projeto que institui um Fundo Nacional de Alimentação (FNA), com o objetivo de melhorar a nutrição das gestantes carentes e das crianças até 5 anos, as mais excluídas dos benefícios da merenda escolar, será votado hoje pelo Senado. Oriunda da Câmara, a matéria tem parecer favorável do senador Hugo Napoleão (PFL-PI), conforme substitutivo aprovado pela Comissão de Educação.

O fundo será formado com recursos do Orçamento da União, doações, legados, subvenções e auxílios de organismos nacionais e internacionais. De acordo com a proposta, esse dinheiro será utilizado em empréstimos a pequenos e médios produtores rurais, mediante condições especiais. Para acompanhar a aplicação do dinheiro, estabelecidos e municípios criarão conselhos com representantes do poder público e da sociedade local.

Antes de chegar ao Plenário, o projeto passou por três comissões. Na de Assuntos Econômicos (CAE), foi relatado pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), atual presidente interino da Casa, que o considerou viável, visto não haver impedimento legal para a criação desse fundo.

Na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), levantou dados de 1996 sobre a situação alimentar do Brasil, constatando que 10,5% das crianças de até 5 anos apresentam déficit de altura e 5,7%, déficit de peso. Na Comissão de Educação, o senador Hugo Napoleão apresentou o substitutivo que será votado.



Substitutivo foi apresentado por Hugo Napoleão



QUARTA-FEIRA, 22 DE AGOSTO DE 2001

AGENDA

Presidente
Senador Edison Lobão (interino)

9h — Recebe o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Nelson Jobim
10h30 — Recebe o embaixador José Viegas Filho
11h — Recebe Ivana Farina, presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça e Cláudio Barros Silva, procurador-geral de Justiça do Rio Grande do Sul

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Mensagem nº 130/01, submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Luiz Henrique Pereira da Fonseca para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil junto à República da Finlândia, exercer a de embaixador junto à República da Estônia; Mensagem nº 137/01, submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Vera Pedrosa Martins de Almeida para exercer a função de embaixadora do Brasil junto ao Reino da Dinamarca; Parecer nº 746/01, sobre a Mensagem nº 161/01, que submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer, para exercer o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); PLC nº 27/98, institui o Programa Nacional de Apoio à Infância e dispõe sobre a ampliação dos benefícios da merenda escolar; PDL nº 4/99, aprova o texto do Acordo Comercial celebrado entre os governos do Brasil e da Indonésia e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLS nº 227/00, inclui, na Lei nº 8.406/92, artigo que estabelece a gratuidade da emissão de extratos bancários referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); apreciação, em turno suplementar, do substitutivo ao PLS nº 236/00, altera os artigos 11 e 16 da Lei nº 6.530/78, para dispor sobre a eleição dos conselheiros nos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis e fixar valores máximos para as anuidades devidas pelos corretores a essas entidades; PLS nº 4/01, altera o valor do salário-mínimo a partir de 1º de abril de 2001; PLS nºs 287 e 569, de 1999, dispõem sobre a concessão de desconto no valor de passagens aéreas para maiores de 60 anos; PLS nº 65/00, acrescenta dispositivo à Lei nº 6.360/76, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, para determinar que os medicamentos em comprimidos e cápsulas e ampolas injetáveis sejam vendidos na exata quantidade necessária para atender à prescrição contida na receita enviada; PLS nº 184/00, dispõe sobre a regulamentação do profissional de cerimonialista e suas correlatas, e cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais; PLS nº 79/00, altera a Lei nº 8.080/90, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes; PLS nº 231/00, acrescenta dispositivo à Lei nº 9.656/00, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde para coibir a exigência de realização de testes genéticos para a detecção de doenças; substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 294/89, dispõe sobre a seleção de locais, a construção, o licenciamento, a operação, a fiscalização, os custos, a remuneração, a responsabilidade civil e as garantias dos depósitos de rejeitos radioativos; PLS nºs 149 e 320, de 1999, dispõem que o Aeroporto Internacional Presidente Médici passa a se chamar Aeroporto Internacional Chico Mendes; denomina Aeroporto Internacional Senador

Oscar Passos o novo aeroporto, em construção, na cidade de Rio Branco (AC); e PLS nº 89/01, altera a Lei nº 9.787/99, que estabelece o medicamento genérico e dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

9h30 — CPI do Futebol

Pauta: reunião administrativa. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Mensagem nº 158/01, submete à apreciação do Senado o nome de José Coelho Ferreira para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar; PLS nº 108/01, acrescenta parágrafos 7º, 8º e 9º ao artigo 47 da Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições; PLS nº 229/00, proíbe a arrematação ou propagação de bocas de urna no dia da eleição; emenda de Plenário nº 2 oferecida ao PLS nº 44/01-Complementar, altera a composição do conselho a que se refere a Lei Complementar nº 68/91; emendas nºs 1 e 2 de Plenário oferecidas à PEC nº 19/00, altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental; emendas nºs 1 a 4 da Câmara ao PLS nº 112/88, concede incentivos fiscais ao empregador que admitir pessoas portadoras de deficiência física e maiores de 60 anos; emendas nºs 9 e 10 de Plenário oferecidas ao PLS nº 242/00, altera a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições; PR nº 82/00, que dispõe sobre a Polícia do Senado Federal; PEC nº 3/99, altera dispositivos constitucionais para incluir, na competência da União, a instituição do imposto sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, vinculando a receita dele decorrente a obras no sistema nacional de viação e à preservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis; PEC nº 56/99, altera a Constituição federal para reduzir de oito para quatro anos o mandato de senador e estabelecer a idade mínima de 28 anos como condição de elegibilidade para os cargos de presidente, vice-presidente e senador; PEC nº 12/01, dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste; PEC nº 43/00, modifica a redação dos artigos 20, III, e 26, I, da Constituição federal, para definir a titularidade das águas subterrâneas; PEC nº 36/00, altera a redação do parágrafo 4º do artigo 255 da Constituição federal (condições de preservação do meio ambiente, para utilização dos recursos naturais); PLC nº 13/98, revoga o art. 4º do Decreto-Lei nº 911/69, que trata da alienação fiduciária; PLC nº 90/00, altera o artigo 22 da Lei nº 4.591/64, que dispõe sobre o condomínio em edificação e as incorporações imobiliárias (mandato de síndico); PLC nº 99/00, acrescenta inciso ao art. 9º da Lei nº 8.457/92, que organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento de seus serviços auxiliares; PLC nº 102/00, altera dispositivos da Lei nº 8.457/92, modificando critérios para composição do Conselho Especial e Permanente da Justiça Militar, buscando uma flexibilidade maior para as substituições de juizes militares que o integram, nos casos de imperativa necessidade de serviço; PLC nº 107/00, extingue a 5ª e a 6ª auditorias da 1ª Circunscrição Judiciária Militar, extingue cargos da magistratura e do quadro permanente das auditorias da Justiça Militar da União; PLC nº 8/98, dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização no país de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição; PLC nº 53/00, dispõe sobre o desmembramento dos conselhos Federal e Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; Requerimento nº 302/01, do senador Eduardo Suplicy e outros, solicitando ao ministro da Fazenda Pedro Malan informações sobre os cotistas e acionistas dos fundos de investimentos mais lucrativos, principalmente de juros e câmbio, dos bancos FonteCindam, Marka, Modal, Boa Vista e Pactual, durante os anos de 1997 e 1998; Requerimento nº 230/01, da senadora Marina Silva, solicitando ao ministro da Fazenda informações sobre a lista de todas as operações de crédito externo realizadas com o setor privado brasileiro, de 1990 à presente data; PDL nº 42/00, aprova

o texto final, após modificações de cunho vernacular, em substituição àquele encaminhado pela Mensagem 1.259/96, da Convenção Interamericana contra a Corrupção; PLS nº 497/99 — Complementar; autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Amapá e Pará (Riapa) e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Delta do Rio Amazonas; PLS nº 219/00, define a Unidade de Fiança Penal (UFP) e altera artigos do Decreto-Lei nº 3.689/41 — Código de Processo Penal; PLS nº 162/99 (tramitando em conjunto com os PLS nºs 288 e 309, de 1999), que dispõe sobre indisponibilidade de bens de vítimas de seqüestro; PLS nº 443/99, altera os artigos 18, 21 e 22 da Lei nº 8.629/93, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição federal, modificada pela MP nº 1774-26; PLS nº 445/99, acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, estabelecendo condições para o parcelamento de multas por infração de trânsito; PLS nº 255/00, dá nova redação ao art. 6º e acrescenta os artigos 10-A e 10-B à Lei nº 9.469/97, para, nos termos dos parágrafos 3º e 4º do art. 100 da Constituição federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 30/00, conceituar as obrigações de pequeno valor e disciplinar o pagamento de obrigações de pequeno valor e do crédito de natureza alimentícia devido pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária transitada em julgado (precatório); PLS nº 57/00, altera a redação dos artigos 259, 261 e 496 da Lei nº 5.869/73 — Código de Processo Civil; PLS nº 289/99, altera a redação do artigo 75 e seu parágrafo 1º, e do art. 159 e seus parágrafos 1º, 2º e 3º, do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal Brasileiro), e suprime o parágrafo único do art. 8º da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal), para aumentar a pena para os crimes de extorsão, mediante seqüestro, e restringir o abrandamento na aplicação da pena; PLS nº 172/99, altera o artigo 261 da Lei nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro; PLS nº 47/00, altera a Lei nº 8.666/93, que regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública, para o fim de disciplinar a afixação de placa indicativa da realização de obras ou de serviços nas condições e formas que menciona; PLS nº 469/99, institui diretriz a ser observada pela União, pelos estados e municípios na implementação de programas habitacionais; PLS nº 543/99, dispõe sobre o seguro-garantia; PLS nº 635/99, estabelece instrumentos legais de prevenção e repressão à falsificação de obras de artes visuais; PLS nº 352/99, acrescenta parágrafo ao artigo 2º da Lei nº 8.629/93, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, da Constituição federal; e emendas nºs 1 e 2 da Câmara oferecidas ao PLS nº 273/91, transfere ao domínio do estado de Roraima terras pertencentes à União. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

11h30 — Reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos

Pauta: audiência pública para instruir o PLC nº 23/01, altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, e na Lei nº 6.385/76, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

Convidados: Arnoldo Walld, da Faculdade de Direito Largo São Francisco; Sérgio Campenho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Carmem Sílvia Matta Parkinson, consultora da Lazareschi Advogados; Marcos Paulo de Almeida Salles, da Universidade de São Paulo; e os elaboradores do anteprojeto que resultou na vigente Lei nº 6.404/76, Bulhões Pedreira e Alfredo Lamy Filho. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

18h — Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Apreciação de Avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias realizadas em órgãos públicos. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*



Conheça os serviços de comunicação do Senado

Acesse: www.senado.gov.br/catalogo_secs



JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho (licenciado)
Presidente em exercício: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Gasoduto Bolívia-Brasil pode contratar empréstimo

Plenário examinará amanhã solicitação do governo federal para que seja autorizada operação de US\$ 180 milhões junto ao Banco Mundial, aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos

Alcântara indica integrantes da Subcomissão de Turismo

Os integrantes da Subcomissão de Turismo, que irá funcionar no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), foram designados na reunião de ontem pelo presidente da comissão, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Alcântara solicitou que os membros da subcomissão reúnam-se para eleger o presidente e o vice-presidente do colegiado e, assim, dar

início aos trabalhos.

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) é o autor do requerimento que solicitou a criação da subcomissão, que tem como objetivo apontar sugestões que possam impulsionar o desenvolvimento da indústria do turismo, que se expande em todo o mundo.

Integram a subcomissão os seguintes senadores:

TITULAR	SUPLENTE
PMDB	
Gilvam Borges (AP)	Roberto Requião (PR)
Wellington Roberto (PB)	Iris Rezende (GO)
PFL	
Moreira Mendes (RO)	Paulo Souto (BA)
Bloco PSDB/PPB	
Geraldo Melo (PSDB-RN)	Osmar Dias (PR)
Bloco Oposição PSB/PTB	
Paulo Hartung (PPS-ES)	Arlindo Porto (PTB-MG)

CAE aprova isenção de IR para salários educação e maternidade

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, em caráter terminativo, projeto de lei do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que isenta do Imposto de Renda (IR) os valores recebidos pelos trabalhadores a título de salário-educação e salário-maternidade. Caso não haja recurso de nove senadores à decisão, a matéria já pode ser remetida à Câmara dos Deputados.

Em defesa do projeto, Bezerra argumentou que o salário-educação e o salário-maternidade nasceram de forte apelo social e que os beneficiários estão na faixa de menor renda da população. Por esse motivo, tais rendimentos não devem ser sujeitos à incidência do IR, disse o senador.

Segundo o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), apesar de



O projeto de Carlos Bezerra irá à Câmara dos Deputados se não houver recurso para que seja examinado em Plenário

muitas empresas incluírem o salário-maternidade como rendimento passível de tributação, a legislação tributária não faz essa exigência. No caso do salário-educação, o regulamento do IR é expresso ao incluí-lo entre as parcelas tributáveis.

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovaram ontem parecer do senador Wellington Roberto (PMDB-PB) favorável à solicitação de autorização do governo federal para que a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TGB) tome empréstimo de US\$ 180 milhões junto ao Banco Mundial. Os recursos serão destinados à obra do gasoduto, que percorre diversos estados brasileiros. Caso o Plenário aprove a autorização, a União oferecerá a contragarantia à operação. O relator solicitou que a matéria siga para o Plenário em regime de urgência.

Apesar de votar favoravelmente ao pedido do governo, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) registrou que foi uma "leviandade" do país contratar a compra de gás da Bolívia e construir o gasoduto sem fazer um estudo para saber claramente qual a potencialidade e a durabilidade das jazidas do país.

A CAE, presidida pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), aprovou ainda pareceres favoráveis aos pedidos do Ceará e de Pernambuco para contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Para o Ceará, serão destinados US\$ 7 milhões, e para Pernambuco, US\$ 5,12 milhões para investimento no Projeto de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur-



Ao lado do senador Edison Lobão, Alcântara (D) presidiu reunião da CAE

NE). Os projetos de resolução apresentados nos pareceres de Jefferson Péres (PDT-AM) e Jonas Pinheiro (PFL-MT) serão submetidos ao Plenário.

Os integrantes da comissão também aprovaram parecer de Paulo Hartung (PPS-ES) favorável à solicitação de autorização do município de Juiz de Fora (MG) para contratar financiamento de R\$ 2,09 milhões junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a modernização da administração tributária da cidade.

O senador José Alencar (PMDB-MG) destacou a importância da autorização para Juiz de Fora e pediu urgência na tramitação da matéria. Jefferson afirmou que, na vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, esse tipo de investimento torna-se fundamental para aumentar a eficiência da arrecadação sem

onerar o contribuinte, tendo em vista que muitos municípios estão com dificuldades de cumprir a lei. Lauro Campos (PDT-DF) manifestou-se contrário aos empréstimos.

A CAE aprovou ainda parecer de Lauro Campos favorável ao pedido de autorização do governo federal para reescalonar, de acordo com parâmetros estabelecidos pelo Clube de Paris, a dívida da Tanzânia com o Brasil, no valor de US\$ 232,5 milhões. A pedido de Geraldo Melo (PSDB-RN), Lauro reviu sua posição inicial, que era a de rejeitar a solicitação do governo por entender que a dívida deveria ser perdoada, e não reescalada.

URGÊNCIA

Ontem à tarde, o Plenário aprovou urgência para que sejam votados amanhã os empréstimos para a TGB e a prefeitura de Juiz de Fora.

Segurança de botijões de gás é debatida

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), marcou para a próxima terça-feira (dia 28), às 17h, audiência pública sobre o projeto de lei da Câmara que obriga os distribuidores de gás liquefeito de petróleo (GLP) a lacrar os botijões e requalificá-los a cada cinco anos. O requerimento aprovado, do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), sugere que sejam ouvidos representantes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), do Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro), do Instituto de Pesquisa Tecnológica (IPT), do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de GLP (Sindigás) e da Agên-

cia Nacional do Petróleo (ANP).

O projeto recebeu, na CAE, parecer favorável do senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), que também relatou a matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Carlos Bezerra foi relator do projeto na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), que aprovou parecer contrário.

Para o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), é importante que a CAE se manifeste sobre o assunto, pois, na sua opinião, o constante adiamento da apreciação faz com que parem suspeitas de que lobbies estejam impedindo a votação do parecer.

A comissão também aprovou requerimento de Paulo Hartung (PPS-

ES) que pede a realização de audiência pública para instruir o projeto de lei de Edison Lobão (PFL-MA) segundo o qual parcela dos prêmios das loterias esportivas será destinada a municípios atingidos por desastres climáticos ou ecológicos. Segundo Hartung, a intenção da proposta entra em conflito com leis que determinam que os recursos da loteria sejam utilizados no Programa de Crédito Educativo para Estudantes Carentes e no Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (Indesp). Alcântara anunciou ainda que a CAE realiza nesta quinta-feira, às 10h, encontro com sete deputados norte-americanos para discutir a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Vinculação de recursos do BNDES volta à CAE

Plenário decidiu ontem enviar à Comissão de Assuntos Econômicos, para reexame, projeto que obriga o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social a aplicar 22% de seus recursos no financiamento da agroindústria

A pedido do senador Romero Jucá (PSDB-RR), o Plenário enviou à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para reexame, projeto do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que obriga o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a aplicar, no mínimo, 22% de seus recursos no financiamento de projetos de agroindústria.

No debate que antecedeu a

decisão do Plenário, vários senadores criticaram a redação do projeto. José Eduardo Dutra (PT-SE) a considerou absurda. Ele definiu como retrocesso obrigar o BNDES a enviar anualmente informações à Casa, uma vez que a instituição já é obrigada a fornecer dados solicitados por qualquer senador.

Também favorável ao reexame do projeto pela CAE, o senador José Fogaça (PMDB-RS) dis-

se estar preocupado com a obrigatoriedade de o BNDES aplicar um percentual na agroindústria. Seu receio é que "aventureiros, irresponsáveis e até vigaristas tomem esses recursos para fazer uso indevido e contrário ao interesse público".

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) disse temer "que o BNDES fique manietado" com a obrigação de aplicar percentual na agroindústria quando não houver

projetos capazes de justificar os investimentos. Para o senador Paulo Hartung (PPS-ES), a vinculação não é boa. Ele se disse favorável a aprofundar o debate do assunto na CAE.

Os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Roberto Saturnino (PSB-RJ) e Álvaro Dias também se manifestaram a favor da re-discussão do projeto, entendendo que ali será possível chegar-se a um ponto de equilíbrio.

Aprovada criação de distrito agropecuário em Roraima

O Senado aprovou ontem projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que cria distrito agropecuário no município de Alto Alegre (RR). A proposta vai agora à deliberação da Câmara.

O parlamentar disse que o objetivo é desenvolver atividades agrícolas, de colonização, turismo e mineração, além de definir, em Alto Alegre, áreas institucionais

para preservação e pesquisa.

Segundo Jucá, o distrito agropecuário viabilizará o aumento da oferta de alimentos nos mercados da Amazônia Ocidental, o aproveitamento regional de recursos naturais e a diminuição dos custos de produção e comercialização de bens agrícolas e extrativistas, além de gerar novos empregos.



A CPI que investiga irregularidades na atuação de ONGs aprovou ontem agenda de trabalho que vai até o dia 18 de setembro

CPI das ONGs ouvirá delegado e deputados

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que apura denúncias de irregularidades na atuação de organizações não-governamentais (ONGs) aprovou ontem pauta de trabalhos até o dia 18 de setembro. No dia 28 de agosto, a comissão ouvirá os depoimentos do presidente da Coperindio, Jorge Pereira dos Santos, e do delegado da Polícia Federal em Manaus, responsável pelos inquéritos instaurados contra a entidade, Nivaldo Farias de Almeida.

Para o dia 4 de setembro, a CPI convocou representantes da ONG Associação Amazônia, além

do presidente e do relator da CPI de Terras e Assuntos Indígenas da Assembléia Legislativa de Roraima, deputados Mecias de Jesus e Urzeni da Rocha Freitas Filho, respectivamente.

No dia 11, a comissão ouvirá os presidentes de quatro ONGs do estado de Roraima que atuam junto a comunidades indígenas. Em 18 de setembro, a CPI recolhe o depoimento do presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Paraná, deputado Neivo Beraldin, e de representantes de quatro ONGs ligadas à preservação e pesquisa do meio ambiente.

Sete emissoras de rádio são autorizadas a funcionar

O Senado aprovou ontem decretos legislativos que autorizam o funcionamento de sete emissoras de rádio. Apenas um senador, Eduardo Suplicy (PT-SP), manifestou-se nas votações, para afirmar que a Rádio Universidade de São Paulo é uma emissora educativa, sem fins comerciais, motivo pelo qual ele era favorável ao ato de outorga. Os decretos devem ser ainda promulgados.

As emissoras beneficiadas foram as seguintes, entre outras: Associação de Rádio Comunitária Alternativa, de Bicas (MG); Associação Comunitária de Desenvolvimento Social, de Registro (SP); Rádio Universidade de São Paulo (SP); Fundação Educativa e Cultural Alto Paranaíba, de Patos de Minas (MG); e Associação e Movimento Comunitário, de Bom Conselho (PE).

Jucá presta homenagem à Maçonaria

Ao parabenizar a Maçonaria pela passagem do Dia do Maçom, comemorado segunda-feira, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) lembrou que muitos episódios importantes da história do Brasil tiveram a participação de pessoas ligadas à instituição. Ele também citou várias personalidades históricas que pertenceram aos quadros da Maçonaria, como José Bonifácio, Gonçalves Ledo, Frei Caneca, Hipólito da Costa, Duque de Caxias, Nilo Peçanha e Deodoro da Fonseca.

Jucá disse que nem sempre a Maçonaria teve o seu trabalho reconhecido. Ele lembrou que, durante muito tempo, "se teve a Maçonaria envolta em uma aura de mistério, uma sociedade tida como maléfica e cujos integrantes eram excomungados pela Igreja Católica". Hoje, ressaltou, encontram-se informações sobre a Maçonaria na própria Internet, rede mundial de computadores, demonstrando que o mito não se justifica.

O senador justificou sua ausência na homenagem prestada pelo Senado aos maçons. No dia, afirmou, ele estava participando de compromissos políticos no seu estado. Jucá elogiou a Maçonaria por ter como seu principal objetivo a luta pela construção de um mundo melhor para a humanidade.



Emendas da senadora Heloísa Helena e do senador Pedro Ubirajara fizeram com que o projeto fosse devolvido pelo Plenário à Comissão de Assuntos Sociais



CAS reexamina nova fonte de verba para hospital universitário

Em razão de emendas da senadora Heloísa Helena (PT-AL) e do senador Pedro Ubirajara (PMDB-MS), o Plenário devolveu à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que permite aos hospitais universitários cobrarem o atendimento prestado a pacientes cobertos por planos de saúde.

Pela proposta, até 25% dos leitos podem ser destinados a esse fim. O projeto seria votado em turno suplementar, quando foram lidas as emendas que alteraram sua redação. A senadora Heloísa Helena afirmou estar preocupada sobretudo com o dispo-

sitivo que estabelece diferenças no padrão de hotelaria, ou seja, nas condições do atendimento oferecido a pacientes pagantes e não-pagantes.

Informado pelo presidente interino do Senado, Edison Lobão, de que a matéria voltaria à CAS, o senador Lúcio Alcântara deixou para se manifestar posteriormente sobre as emendas. Quando o projeto foi votado na semana passada, ficou decidido que os recursos resultantes da internação de pacientes cobertos por planos de saúde serão utilizados na manutenção e recuperação dos hospitais.



Jucá lembrou episódios importantes da história do Brasil que tiveram participação de maçons

Carlos Wilson deixa o PPS e se filia ao PTB

O senador Carlos Wilson (PE) comunicou ontem ao Plenário seu desligamento do Partido Popular Socialista (PPS) e sua filiação ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Ele disse estar ainda unido ao PPS na busca de um projeto



Carlos Wilson homenageou senadores do PPS

nacional que culminará com a eleição de Ciro Gomes para a Presidência da República.

O parlamentar, que homenageou os senadores do PPS Roberto Freire (PE) e Paulo Hartung (ES), afirmou que sua decisão de aderir ao PTB é uma forma de fortalecer ainda mais a aliança das forças políticas progressistas de Pernambuco. Em defesa de um novo modelo de administração, Carlos Wilson criticou o presidente Fernando Henrique pela privatização do "patrimônio que o Estado criou e acumulou ao longo de 40 anos".

Cidade do DF não recebeu prêmio, diz Lauro Campos

O senador Lauro Campos (PDT-DF) afirmou que o governo do Distrito Federal veiculou propaganda enganosa sobre prêmio que a Organização das Nações Unidas (ONU) teria concedido ao projeto da cidade de Samambaia. Ele citou declarações de Roberto Ottlenghi, chefe do



Lauro Campos: governo do DF mentiu

Habitat para a América Latina, órgão da ONU, garantindo serem "mentirosas as informações do GDF à população, porque nunca houve prêmio para Samambaia".

Lauro Campos citou, ainda, explicações do coordenador regional do Habitat para América Latina e Caribe, Yves Cabannes, garantindo que a única premiação do Brasil, no ano passado, diz respeito ao Programa de Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania do município de Macapá (AP).

Fortalecimento das defensorias públicas é debatido em audiência

Defensores que participaram ontem de debate na Comissão de Constituição e Justiça sobre a reforma do Judiciário querem que seja mantido o texto já aprovado na Câmara dos Deputados

O fortalecimento das defensorias públicas estaduais e da União foi discutido ontem em audiência pública realizada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O encontro teve como objetivo analisar a proposta de emenda à Constituição da reforma do Judiciário. Os depoentes posicionaram-se a favor da autonomia administrativa e financeira das defensorias, como forma de garantir o atendimento das pessoas de baixa renda que buscam na instituição o acesso à Justiça. A proposta é que seja mantido o texto neste sentido aprovado na Câmara dos Deputados, uma vez que, se o Senado fizer qualquer modificação, a matéria terá de voltar à outra Casa para nova votação.

O presidente da CCJ e relator da reforma do Judiciário, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), afirmou pretender que as emendas vindas da Câmara dos Deputados que possam ser aprovadas pelo Senado sejam promulgadas, para que não haja retorno à Casa de origem. "Se o relator acolher



Só a autonomia garante o atendimento à população de baixa renda, afirmaram os defensores durante o debate

o que veio da Câmara, aquilo que puder ser melhorado ele apresentará em separado. Assim, só essa matéria voltará para nova votação naquela Casa."

O primeiro a depor foi o presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil, Flávio Dino de Castro e Costa, que ressaltou a importância da independência judicial. Os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, disse, exercem o controle externo uns

dos outros. "Eles exercem a contenção dos outros, ao mesmo tempo que por eles são contidos", declarou.

ACESSO À JUSTIÇA

Já o presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), Roberto Gonçalves de Freitas Filho, disse que um dos maiores problemas brasileiros é a falta de acesso à Justiça. "No Brasil, o pobre não tem acesso à Justiça, mas a Justiça tem

acesso ao pobre quando manda um oficial de Justiça prendê-lo, intimá-lo ou despejá-lo", afirmou. Para ele, discutir questões de justiça impõe a consideração do problema de distribuição de renda no Brasil.

Também a presidente do Colégio Nacional dos Defensores Públicos (Condege), Nívea de Matos Nunes Rolim, e a representante do Sindicato dos Defensores Públicos do Mato Grosso do Sul, Nancy Gomes de Carvalho, ressaltaram a importância da autonomia financeira e administrativa das defensorias públicas. "Isso significa mais independência, respeitabilidade e recursos para que as defensorias atendam a essa demanda incontrolável de pessoas que nos procuram em busca de acesso à Justiça", defendeu Nívea Rolim. Para Nancy Gomes, a falta de recursos impede que as defensorias exerçam plenamente suas atribuições. Ela ressaltou que, se a defensoria não pode patrocinar um exame de paternidade ou a realização de perícia contábil, não pode garantir as demandas das pessoas carentes.



Representantes de entidades disseram a Lobão que é importante apressar a votação de proposta que federaliza os crimes de tortura

Presidente do Senado recebe movimentos de direitos humanos

O presidente interino do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), e o primeiro-secretário, Carlos Wilson (PTB-PE), receberam ontem representantes de entidades de defesa dos direitos humanos, que vieram solicitar rapidez na tramitação de proposta de federalização dos crimes de tortura, que faz parte da proposta de emenda constitucional que reforma o Judiciário.

Lobão garantiu que a Mesa dará todo o apoio possível ao assunto. Carlos Wilson compro-

meteu-se em dar agilidade à tramitação da matéria. Segundo os visitantes, embora a lei sobre tortura tenha sido aprovada em 1997, até agora nenhuma punição transitou em julgado.

Entretanto, acrescentaram, relatório apresentado em abril pelo representante das Nações Unidas, Nigel Rodley, que visitou o Brasil de 20 de agosto a 12 de setembro do ano passado, registrou 348 casos de tortura, além de outros 200 já denunciados pela Igreja em São Paulo.

Não há nenhuma prova contra Garibaldi, diz Geraldo Melo

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) desvinculou o nome do governador do Rio Grande do Norte, Garibaldi Alves Filho (PMDB), das denúncias de que existiria esquema de tráfico de influência coordenado pelo empresário Marcos Santos, cunhado do chefe do Executivo estadual. Ele informou que até o momento não há indícios que comprovem as acusações, feitas pelo comerciante Luiz Henrique Gusson, que está preso sob acusação de homicídio e de ter participado de operação para resgate de presidiários.

Após ser preso no Paraná e transferido para o Rio Grande do Norte, Luiz Henrique Gusson, em depoimento à Polícia Militar, informou Geraldo Melo, ao invés de falar sobre os fatos de que era acusado, denunciou o suposto esquema de tráfico de influência. "Foi um depoimento que, naturalmente, chocou a opinião pública e teve, in-

clusive, o condão de desviar a atenção de todos do problema pelo qual esse indivíduo havia sido recolhido à cadeia", afirmou o senador.

Na avaliação de Geraldo Melo, o único fato concreto citado por Luiz Henrique Gusson não atinge Garibaldi Filho nem o seu governo. "Ele atingiria, se fosse verdadeiro, o nosso colega senador Fernando Bezerra, pois se refere a uma conversa que teria ocorrido entre o cunhado do governador e o ministro Fernando Bezerra, então titular do Ministério da Integração Nacional", disse. Ele acrescentou que, entre a palavra do presidiário e a do senador e ex-ministro, prefere acreditar em Fernando Bezerra.



Segundo Melo, governador do RN não participou de esquema

Alencar cobra investimentos em energia

Na abertura do seminário "A Crise Energética Brasileira", presidente da Comissão de Infra-Estrutura critica preocupação excessiva com a dívida externa em detrimento de setores básicos da economia

O presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, senador José Alencar (PMDB-MG), criticou ontem a ausência de investimentos na infra-estrutura do setor energético brasileiro, com destaque para as linhas de transmissão. Ao abrir o seminário internacional "A Crise Energética Brasileira", promovido pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e a Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), Alencar observou que o debate seria uma oportunidade para buscar alternativas que livrem o país de soluções emergenciais, como o racionamento.

Durante todo o dia, especialistas discutiram as possíveis saídas que o país tem para a crise, as medidas que devem ser adotadas e a situação das indústrias afetadas pela diminuição no fornecimento de energia.

— O governo brasileiro está muito ocupado em resolver os pro-



Comissão de Infra-Estrutura e Federação Nacional dos Engenheiros promoveram seminário sobre a crise energética

blemas da dívida externa e dos juros e não vem dando a devida atenção a setores considerados básicos dentro da economia, como é o caso da geração e transmissão de energia. É preciso que o governo acorde a tempo e faça investimentos, não somente na área energética, mas também em outros setores considerados prioritários, como o abastecimento de

água e a recuperação das matas e dos rios — advertiu o senador.

Conforme José Alencar, é chegado o momento de o país "voltar a trabalhar" e lutar pela retomada do crescimento econômico. Caso contrário, acredita, nem a dívida externa poderá ser paga. Por isso ele defendeu a entrega das decisões nacionais, mesmo no campo da economia, a políticos experi-

entes, ao invés de entregar os destinos do país a técnicos.

— O político é um oceano de conhecimento, ainda que com um palmo de profundidade, enquanto o técnico é um poço de conhecimento profundo, porém específico. Infelizmente, o país anda cheio de poços rasos tomando decisões — disse José Alencar.

Diretor do ONS admite falta de linhas de transmissão

O diretor de operações do Operador Nacional do Sistema (ONS), Carlos Ribeiro, reconheceu ontem que o país não possui número suficiente de linhas de transmissão para abastecer o mercado, sendo essa uma das principais causas do racionamento. Ele participou do painel *Alternativas para a Superação da Crise Energética* no seminário "A Crise Energética Brasileira".

Depois de falar das dificuldades encontradas para a construção de novas hidrelétricas e linhas de transmissão, em função de questões ambientais, Carlos Ribeiro lembrou que o Nordeste é a região mais atingida pelo racionamento de energia, já que nos últimos anos as chuvas não foram suficientes para abastecer os reservatórios. Mas garantiu que, se o governo não tivesse adotado o racionamento, com redução do consumo em 20%, até o fim deste ano a população nordestina poderia amargar um racionamento que poderia beirar a casa dos 40%.

O presidente da Associação das Empresas Geradoras de Energia (Abrage), Flávio Antônio Neiva, disse que a solução para combater o desequilíbrio entre a oferta e a procura de energia está no crescimen-

to da malha principal de transmissão, de modo a integrar, definitivamente, as chamadas regiões geoeletricas. Segundo ele, se o governo tivesse adotado tal procedimento, não haveria racionamento.

Marco Aurélio Palhas de Carvalho, diretor de engenharia da Eletrobrás, pregou a construção e a revitalização de pequenas centrais hidrelétricas, como forma de o país obter mais energia. A energia produzida por essas pequenas hidrelétricas seria adquirida pela própria Eletrobrás. Caberia ao governo, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, subsidiar a construção das centrais.

O diretor-executivo da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica, Luiz Carlos Guimarães, criticou a falta de investimentos no setor elétrico brasileiro e defendeu a total liberação do mercado energético. O presidente das Centrais Geradoras do Sul do Brasil (Gerasul), Manoel Arlindo Zaroni Torres, lembrou que apesar da onda das privatizações, apenas 20% das hidrelétricas brasileiras estão nas mãos da iniciativa privada e 100% das linhas de transmissão pertencem ao governo.

Brasil tem competência para resolver o problema, diz Lobão

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, afirmou ontem, ao abrir o seminário "A Crise Energética Brasileira", que tem total confiança na capacidade brasileira de encontrar alternativas energéticas.

— O Brasil e sua gente têm competência para resolver o problema. O que muitas vezes atrapalha é a demora no processo de tomada de decisão, daí por que precisamos efetivamente nos antecipar aos problemas — disse.

Ao lado do senador José Alencar, presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Lobão lembrou o potencial do país para produzir energia sob diversas formas e lamentou o fracasso de programas como o do álcool, que ofereceria combustível para a frota nacional e, ainda, bagaço de cana para a produção de eletricidade. O senador também assinalou a perda de milhares de postos de trabalho no campo

com a limitação do Proálcool. E lembrou ter apresentado há oito anos projeto criando o Instituto Brasileiro de Energia Alternativa.

O seminário foi uma iniciativa da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e da Federação Nacional dos Engenheiros. Teve

Lobão propôs há oito anos valorização de energia alternativa



por objetivo avaliar as causas e consequências da atual crise de energia elétrica que atinge o país e propiciar o debate entre técnicos, especialistas e parlamentares sobre as alternativas para resolver o problema. O evento foi realizado no Auditório Petrônio Portella.

Seminário contou com palestrantes estrangeiros

O seminário "A Crise Energética Brasileira" contou com dois palestrantes estrangeiros. O professor da Unidade de Pesquisa sobre Serviços Públicos Internacionais da Universidade de Greenwich (Inglaterra) Steve Thomas narrou como a reforma implantada naquele país a partir da década de 90 não funcionou, redundando em excedente de energia. Um novo direcionamento corrigiu o problema e garantiu tarifas menores para os consumidores.

Já o diretor de Estudos de Energia da Universidade da Flórida, Paul Sotkiewicz, narrou a situação na Califórnia, em que "o pior cenário possível instalou-se", com altos preços e falta de energia. "Vá devagar e não faça promessas que não possa cumprir", aconselhou.

Um dos palestrantes brasileiros, o professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Adilson de Oliveira, observou que, "infelizmente, o país só está contornando a crise de energia elétrica por causa das dificuldades socioeconômicas pelas quais vem passando. Se o país não estivesse entrando em recessão, seria mais difícil". A maioria dos palestrantes concordou que a causa da crise é a falta de investimentos.

O professor da UFRJ afirmou que a crise é no modelo da reforma imposta pelo governo ao setor elétrico, opinião compartilhada pelo representante da FNE, Marco Kappel Ribeiro.

O ex-ministro das Comunicações e ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Luiz Carlos Mendonça de Barros afirmou que o Brasil hoje está mais maduro para debater a questão das privatizações, uma vez que o tema está presente no cotidiano da população. "É preciso encontrar uma solução para o setor elétrico tirando a questão ideológica e privilegiando o ponto de vista técnico", defendeu. O diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Eduardo Henrique Ellery Filho, destacou que, atualmente, 90% do mercado de distribuição está privatizado, enquanto 80% da geração ainda é serviço público.

O diretor do Departamento Nacional de Política Energética, Sérgio Valdir Bajay, informou que o governo está estudando novas propostas para o setor. Estiveram presentes ao seminário o presidente da CI, senador José Alencar, e o senador Paulo Hartung (PPS-ES).

Osmar Dias pede união da oposição no Paraná para impedir a venda da Copel

Senador aponta irregularidades na sessão da Assembléia Legislativa que rejeitou projeto popular destinado a bloquear a privatização da empresa de energia elétrica do estado

O senador Osmar Dias (sem partido-PR) pediu a união



dos partidos de oposição no Paraná para tentar anular a sessão da Assembléia Legislativa, ocorrida segunda-feira, que resultou na derrota do projeto popular que tentava bloquear a venda da Companhia Energética do Paraná (Copel). Ele também pregou a união para "impedir que o grupo que infelicitou o estado continue no poder".

De acordo com Osmar Dias, o processo de votação na Assembléia — que derrubou a iniciativa popular por 27 votos contra 26 — tem de ser questionado na Justiça. Ele afirmou que a sessão, presenciada pelos três senadores do Paraná, foi "cercada de irregularidades".

Osmar observou que o deputado Nelson Justus (PFL) deixou a Secretaria dos Transportes do estado para votar contra o projeto, já que seu suplente, o deputado Custódio da Silva (PFL), anunciara o voto a favor da iniciativa popular que proibia a venda da estatal. O senador disse que Justus não poderia ter votado, pois o *Diário da Assembléia* não publicou seu retorno ao cargo.

— O voto torna nula a sessão de ontem, que será contestada pela oposição junto ao Judiciário paranaense — frisou Osmar Dias.

O parlamentar também denunciou que o presidente da Assembléia,



Osmar Dias afirma que a sessão da Assembléia é nula

deputado Hermas Brandão (PTB), iniciou nova sessão sem ter encerrado a anterior. Osmar informou que, em depoimento posterior, Brandão afirmou ter encerrado a sessão em seu gabinete, já que não havia tranquilidade para isso no plenário.

— Os deputados de oposição protestaram, levantaram seguidas questões de ordem, mas o presidente manteve a decisão arbitrária e ilegal. Como encerrou, se ao concluir os trabalhos naquele dia ele suspendeu a sessão? Ele publicamente registrou, e isso está nas notas taquigráficas. Duvido que, em qualquer parlamento do mundo, tenha ocorrido uma arbitrariedade

Calheiros elogia "postura flexível" da Câmara de Energia

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) foi à tribuna ontem para agradecer publicamente, em nome de seu estado, a postura flexível da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica e de seu coordenador, o ex-deputado Euclides Scalco — atualmente diretor-geral, pelo Brasil, da Itaipu Binacional. A Câmara de Gestão autorizou uma duplicação no consumo de energia elétrica pela Mineração Barreto, localizada no município de Belo Monte, no sertão alagoano.

A mineradora — que, segundo o parlamentar, é a única produtora de calcário e farinha de rocha em todo o estado — pediu a ampliação

do fornecimento de energia para a b a s t e c e r nova unidade de produção. O pedido, afirmou Renan Calheiros, foi feito antes do anúncio do racionamento de eletricidade.



Renan Calheiros diz que medida satisfaz a população alagoana

De acordo com o senador, o aumento da produção da Mineração Barreto foi exigido pela própria demanda estadual. Conforme relatório Calheiros, é comum uma fila de 30 a 40 caminhões parados na porta da empresa, esperando até quatro dias seguidos para serem carregados. Com maior oferta de calcário e farinha de rocha, a produção agropecuária de Alagoas pode ser ampliada em até 25%, afirmou.

O parlamentar ressaltou que a empresa adotou todos os procedimentos legais, encaminhando até mesmo um parecer técnico da Companhia de Energia de Alagoas. O parecer informa que o aumento de fornecimento de eletricidade para a mineradora não comprometerá a subestação pela qual ela é atendida.

A autorização concedida pela Câmara de Gestão, assinalou Calheiros, satisfaz toda a população alagoana, particularmente a de Belo Monte, que terá novos postos de trabalho disponíveis a partir de outubro. Se um problema não pode ser sanado a curto prazo, como é o caso da crise no fornecimento de energia elétrica, o senador avaliou que ele pode ser atenuado, minimizando os prejuízos de estados, regiões e municípios.

Para Álvaro Dias, processo "é viciado desde o princípio"

Em aparte a Osmar Dias, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que ainda é possível impedir a venda da Companhia Energética do Paraná (Copel).

— Há elementos consistentes que dão respaldo a uma ação popular para impedir ainda a venda da Copel, porque todo ato de governo que contraria interesses públicos é um ato nulo de pleno direito — afirmou.

No aparte, o parlamentar afirmou que na manhã de ontem já acionara advogados "para a batalha judicial que deverá se seguir à batalha política na Assembléia Legislativa".

— A questão tem repercussão nacional, pela gravidade dos acontecimentos, e temos o dever de tomar providências — disse.

De acordo com Álvaro Dias, o processo de privatização da companhia "é viciado desde o princípio". Ele afirmou que a licitação para contratação da consultoria que avaliou a empresa foi dirigida e que há a suspeita de que o edital para o leilão também esteja direcionado para que vença a empresa alemã RWE.



Álvaro Dias vê elementos consistentes para ação popular

Na tribuna, Osmar Dias afirmou ter pedido ao presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), a votação de projeto de lei do senador Roberto Freire (PPS-PE) que proíbe a venda de empresas estratégicas do setor de energia. Em novo aparte, Álvaro Dias lembrou que projeto de sua autoria

apensado ao de Freire determina que a venda seja decidida em plebiscito. Osmar pediu-lhe, então, que retire o requerimento de tramitação conjunta, para acelerar a tramitação da proposta de Freire.

Álvaro Dias lembrou o "grande exemplo" dado pelo prefeito de Londrina, Nedson Micheleti (PT), ao realizar, no último domingo, um plebiscito sobre a privatização da Sercomtel Celular (Serviço de Comunicações Telefônicas de Londrina). A população disse não à privatização, mas Osmar Dias lembrou que a empresa será parcialmente privatizada com a venda da Copel, que possui 45% das ações da Sercomtel Celular.

Requião denuncia interferência do presidente da República

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) denunciou, em aparte ao senador Osmar Dias (sem partido-PR), que o deputado estadual do Paraná Chico Noroeste (PFL) disse ter recebido telefonemas do presidente Fernando Henrique Cardoso, do vice-presidente Marco Maciel e do presiden-



Segundo Requião, venda da Copel é compromisso com o FMI

te do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), pedindo que votasse contra a proibição da venda da Copel. Requião afirmou que Noroeste manteve sua posição inicial, mas outro deputado mudou seu voto.

— Um tal de Litro (o deputado estadual Luiz Fernandes Litro, do PSDB), dono de bordéis, motéis e boates no sudoeste do Paraná, mudou o voto e foi a favor da venda. A sessão tem de ser anulada — defendeu Requião, afirmando que a interferência do presidente e do vice-presidente da República em as-

suntos internos do Paraná "tem de ser denunciada à exaustão".

O senador afirmou que a venda da Copel foi um compromisso assumido pelo governo federal no acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Lembrou a denúncia que fez recentemente da tribuna, sobre a contratação, pela RWE, de um escritório de advocacia no Paraná, para comprar deputados e assim permitir a venda da Copel.

Requião manifestou-se contrário à posição do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que em outro aparte supôs que o Congresso Nacional não poderia impedir a venda da companhia, por ser ela uma empresa estadual. Para o senador pelo Paraná, trata-se de uma concessão federal, estando, portanto, sob a alçada do Congresso.

Aneel não é responsável por aumento de tarifa, diz Abdo

Durante audiência pública, ele afirmou que agência apenas fiscaliza cumprimento das regras estabelecidas pelo governo e pelo Congresso



O presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário

Abdo, afirmou ontem, em audiência pública da comissão mista especial que estuda as causas da crise de energia, que o órgão não pode ser responsabilizado pelo aumento de quase 100% nas tarifas para os consumidores residenciais, conforme vem sendo noticiado pela imprensa. O tema da reunião foi "A Estrutura Tarifária x Consumidor Livre".

Ele explicou que a Aneel não tem qualquer participação na composição das tarifas e que o papel da agência limita-se ao de fiscalizar o cumprimento das regras estabelecidas pelo governo e pelo Congresso Nacional para os contratos firmados com as concessionárias.

A comissão ouviu os depoimentos de representantes das áreas de comercialização, distribuição e consumo de energia elétrica no país. Participaram dos debates, além do presidente da Aneel, o representante da Associação das Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), Luís Guimarães; e o dire-



Representantes de diversas entidades participaram do debate sobre tarifa na comissão mista que estuda as causas da crise de energia

tor executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace), Paulo Ludmer; o presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel), Walfrido Ávila; e o diretor de assuntos regulatórios da empresa Duke Energy International, Paulo Henrique Born.

Apesar de divergirem entre si quanto à formação das tarifas e a concessão de subsídios, os representantes privados do setor energético concordaram na defesa da continuidade da privatização do segmento e da necessidade de o

governo definir uma política clara e eficaz para o setor elétrico, de maneira a viabilizar o retorno de seus investimentos.

O relator da comissão mista, senador Paulo Souto (PFL-BA), observou ter ficado mais do que explícito, durante as exposições, que há grandes divergências sobre a formação das tarifas, sobretudo entre distribuidoras e grandes consumidores. Ele defendeu a adoção de um preço justo para o fornecimento de energia aos consumidores industriais e residenciais, salientando que a Aneel "será a grande moderadora nesse trabalho".

Senado reduz em 57,5% consumo de energia

O senador Carlos Wilson (PTB-PE), primeiro-secretário da Casa, informou ontem que o Senado teve um consumo de energia de aproximadamente 560 mil quilowatts em julho. Ele disse que o resultado foi 57,5% inferior ao do mês



Redução superou meta estabelecida pelo Senado, afirmou Carlos Wilson

de abril, quando a Casa não havia iniciado a racionalização no

consumo de energia elétrica. Essa redução, acrescentou, foi superior à meta de 40% estabelecida pela Presidência do Senado.

O senador Edison Lobão, presidente interino do Senado, também saudou a redução do consumo de energia, di-

zendo que a instituição continuará seus esforços neste sentido.

— O Senado foi a primeira instituição pública brasileira a fazer economia de energia — afirmou, salientando que os esforços tiveram início em abril, antecipando o próprio plano de racionamento do governo federal.

Carlos Wilson agradeceu a participação de todos os servidores em favor da economia, renovando seu apelo para que continuem com a mesma dedicação a fim de superar a crise de energia.

Romero Jucá destaca projeto Amazontech

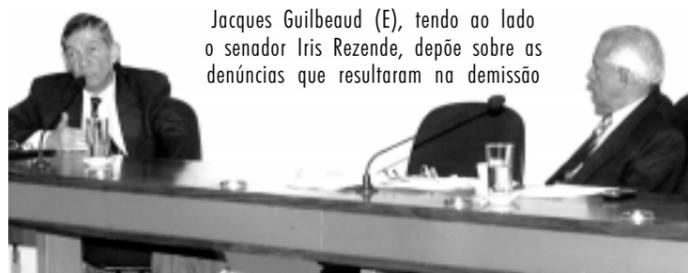
O senador Romero Jucá (PSDB-RR) anunciou o lançamento do projeto Amazontech 2001 — Novos Rumos para a Ciência, Tecnologia e Negócios Sustentáveis, ocorrido ontem, na sede do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), em Brasília. Ele destacou que o projeto tem como objetivo promover a integra-

ção entre o conhecimento, a tecnologia e o meio ambiente, proporcionando alternativas de desenvolvimento sustentável para a região.

Envolvendo parceiros como a Embrapa, a Universidade Federal de Roraima, governo e organizações não-governamentais, além do Sebrae, o Amazontech 2001, segundo Jucá, busca o intercâmbio de

informações dentro da região amazônica. Estão envolvidos nove estados, e ainda países como Venezuela, República da Guiana, Suriname, Guiana Francesa, Colômbia, Bolívia e Peru.

Ele informou que a primeira edição do Amazontech será realizada entre 20 e 25 de novembro, em Boa Vista (RR).



Jacques Guilbeaud (E), tendo ao lado o senador Iris Rezende, depõe sobre as denúncias que resultaram na demissão

CRE ouve ex-diplomata que denunciou corrupção

Em atendimento a pedido do senador Roberto Requião (PMDB-PR), a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) ouviu ontem o ex-diplomata Jacques Guilbeaud sobre denúncia de corrupção na compra da residência da embaixada brasileira em Lisboa, e que acabou levando à sua demissão do Itamaraty. Nos anos 70, Guilbeaud fazia parte do serviço secreto do Ministério das Relações Exteriores, ligado ao extinto Serviço Nacional de Informações (SNI), quando descobriu que o prédio adquirido pelo governo brasileiro para abrigar a residência do então embaixador, general Carlos Alberto da Fontoura (ex-chefe do SNI), em Lisboa foi superfaturado em mais de US\$ 900 mil.

Após entregar relatório e documentos, em agosto de 1978, ao então ministro Azeredo da Silveira, Guilbeaud informou ter sido imediatamente notificado de que estava excluído da chancelaria em Lisboa, sob a acusação de ter "arranjado mulher para meu predecessor". Ameaçado de morte, segundo disse, ele lutou para ser transferido para outra embaixada, o que acabou ocorrendo. Foi designado para Toronto, mas as ameaças recomeçaram e voltaram-se contra a sua família, afirmou.

— Temendo pela minha família, fui pouco a pouco conhecendo o pânico e, receando o pior, segui conselho do advogado internacional que me disse para tornar públicas as ameaças que proferiam contra nós — resumiu.

Guilbeaud esteve com o ministro da Justiça, José Gregori, que prometeu interceder em seu favor no processo de reintegração aos quadros do Itamaraty e de compensação financeira. Requião apresentou requerimento para que a CRE acompanhe de perto a ação do ministro da Justiça e peça todos os documentos existentes sobre o caso no Itamaraty.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que é preciso pedir rapidez para o processo e para as providências que possam anular a exclusão de Guilbeaud. "O senhor, hoje, está completando um serviço correto que prestou ao Brasil", afirmou Suplicy. O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) apoiou a iniciativa de Requião.

A CRE aprovou na reunião de ontem a indicação da diplomata Maria Lúcia Santos Pompeu Brasil para chefiar a embaixada do Brasil em El Salvador, bem como a do diplomata Marco Antônio Diniz Brandão para a embaixada na Tailândia.

Pimenta fala sobre o Fust na Comissão de Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento ouvirá hoje, a partir das 14h30, esclarecimentos do ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, sobre o desempenho do Fundo de Universalização das Telecomunicações (Fust). O fundo retém 1% do faturamento das



Pimenta da Veiga abordará atendimento às periferias pobres

companhias telefônicas e usa o dinheiro na implantação de serviços gratuitos de telecomunicações nas periferias pobres, áreas distantes dos grandes centros e

comunidades rurais.

Presidida pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), a comissão volta a reunir-se amanhã, às 9h30, para apreciar projetos do Executivo pedindo a abertura de créditos suplementares para vários ministérios. Estará ainda em debate re-

latório do governo mostrando a arrecadação e os gastos federais nos dois primeiros meses deste ano, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Lobão espera decisão rápida do STF sobre presidência do Congresso

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, acredita que o Supremo Tribunal Federal (STF) vai decidir o impasse sobre a presidência do Congresso Nacional ainda a tempo da realização da sessão marcada para o dia 29.

— Imagino que o Supremo decidirá com rapidez. Enquanto isso, não vamos correr o risco de realizar uma sessão ilegítima. A sessão do dia 29 fica mantida, na expectativa de que o Supremo possa decidir até lá, mas, caso isso não ocorra, será cancelada — explicou.

Lobão fez essa avaliação ontem, depois de visitar o deputado Aécio Neves (PSDB-MG), que se encontrava em Plenário presidindo sessão da Câmara. Ficou acertado entre os dois que não acontecerá mais o encontro das duas Mesas para discutir o assunto, em virtude da questão ter ido



Edison Lobão visitou o presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves

para o âmbito do Supremo.

— Procurei o presidente da Câmara para falar sobre a reunião, que seria realizada atendendo a solicitação das lideranças. Porém, diante do questionamento feito ao Supremo, ela se tornou inócua. Agora, vamos aguardar — afirmou.

Carlos Wilson: Interlegis poderá modernizar e fortalecer Legislativo

O primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson (PTB-PE), saudou ontem o Programa Interlegis, que promove o intercâmbio entre as Casas legislativas do país. Participando da reunião preparatória para o 1º Seminário Nacional de



Carlos Wilson informa que assembleias estaduais e cerca de 500 câmaras municipais já aderiram ao Interlegis

Fiscalização e Controle de Verbas Públicas, Carlos Wilson declarou que, por meio do Programa Interlegis, as diversas esferas do Poder Legislativo poderão utilizar a Internet e sistemas de videoconferência para promover a integração e transparência das respectivas Casas.

Segundo o senador, além da Câmara dos Deputados, do Senado e do Tribunal de Contas da União, já aderiram ao programa as 27 assembleias estaduais do país e cerca de 500 câmaras municipais. A expectativa, continuou Carlos Wilson, é de que, com os recursos já recebidos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a implantação do programa, mais 2 mil municípios participem até o final de 2002.

Ele salientou que o Interlegis poderá utilizar os recursos de videoconferência para que os municípios mais distantes tenham condições até mesmo de promover cursos de treinamento de funcionários a dis-

tância. O objetivo do Interlegis, de acordo com o senador, é facilitar a troca de informações, especialmente sobre educação, comunicação e tecnologia.

Acompanhado pelo deputado federal Wellington Dias, presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara, o senador disse também que, entre as vantagens do Interlegis está a disseminação de informações referentes ao controle do orçamento público.

— O Programa Interlegis é uma excepcional ferramenta voltada para a modernização, integração e fortalecimento do Poder Legislativo — afirmou, lembrando que o sucesso do programa depende do envolvimento de todos os parlamentares e Casas legislativas brasileiras.

Por meio de videoconferência, vários deputados estaduais de Pernambuco e da Bahia saudaram o primeiro-secretário e parabenizaram o Senado pela iniciativa.

Gros diz que BC "não inocentou nem incriminou ninguém"

Para ex-presidente do Banco Central, não há inconsistência entre os relatórios que compõem o processo do caso Banpará

O ex-presidente do Banco Central, Francisco Gros, declarou, em nota oficial, que a instituição não deu atestado de honestidade a quem quer que seja. A nota foi lida por Gros durante depoimento prestado ontem à comissão especial que apura, no âmbito do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, acusações de envolvimento do senador Jader Barbalho (PMDB-PA) no caso Banpará. O procurador-geral do BC, José Coelho Ferreira, que assina parecer sobre o caso, prestou depoimento logo depois de Gros.

Na avaliação de Francisco Gros, o BC cumpriu sua missão constitucional no episódio ao recomendar ao Ministério Público a continuidade das investigações. "É preciso esclarecer que o Banco Central não é um órgão julgador a nível criminal, por isso não julgou, não inocentou nem incriminou ninguém", frisou. O documento do BC foi utilizado como defesa por Jader em pronunciamentos no Plenário do Senado.

Gros garantiu que não há qualquer inconsistência entre os relatórios que compõem o processo. Um deles, assinado pelo auditor Abraão Patrui Júnior, aponta Jader como principal beneficiário do desvio de verbas do Banpará. "O relatório Patrui faz parte de um processo de mais de mil páginas, enviado ao Ministério Público", disse. Desde a ela-



Gros e Coelho (à direita) prestaram depoimentos aos senadores Romeu Tuma, Jefferson Péres e Heloísa Helena

boração do parecer, em 1992, não surgiram, conforme Gros, fatos novos relacionados com o caso. "A única coisa de diferente foi que o Ministério Público do Pará não quis dar prosseguimento às investigações", afirmou Gros.

Em depoimento aos senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Jefferson Péres (PDT-AM), membros da comissão especial, e à senadora Heloísa Helena (PT-AL), José Coelho Ferreira confirmou o que Gros já havia dito. O procurador-geral do BC garantiu que, dentro das suas competências, o BC aplicou as penalidades administrativas aos diretores do Banpará pela emissão irregular de cheques administrativos para desviar recursos da instituição.

Além disso, assegurou Coelho, o BC encaminhou ao Ministério Público as informações necessá-

rias para abertura de processo criminal contra os envolvidos. "Apesar de, em tese, haver indícios de ocorrências de graves condutas penais puníveis, a instrução dos autos necessita de complementação de provas com vistas a documentar de forma segura tanto a autoria quanto a materialidade das ilicitudes", expõe o parecer do BC, de 1992, citado por Ferreira.

O procurador salientou para os senadores que o BC sugeriu, no mesmo parecer, o rastreamento dos cheques administrativos. Ele negou ter recebido qualquer pressão, "sejam políticas ou administrativas", para beneficiar ou prejudicar Jader.

O auditor Abraão Patrui, que em seu relatório, também parte do processo, cita Jader nominalmente, deverá ser ouvido pelos senadores hoje, às 17h.

Começa análise dos relatórios do Banpará

Técnicos do Banco Central, da Receita Federal e do Senado começaram a analisar os relatórios elaborados pelo BC sobre as investigações de desvio de dinheiro do Banco do Estado do Pará (Banpará). A documentação foi entregue ontem pelo secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, ao presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Geraldo Althoff (PFL-SC). Althoff encaminhou a documentação ao senador Romeu Tuma (PFL-SP) — coordenador da comissão especial do conselho que investiga denúncias contra o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA). Todo o

material encontra-se agora no Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen).

Lá, os documentos ficarão guardados em cofre-forte e poderão ser consultados por qualquer senador, desde que mantido o sigilo das informações ali contidas. De acordo com Tuma, o Prodasen é um local seguro e com infra-estrutura necessária para o trabalho dos técnicos que vão se dedicar a rastrear os possíveis dados contraditórios entre o que disse Jader em pronunciamentos no Plenário e os levantamentos realizados por diferentes órgãos de auditoria.

— O trabalho fundamental dos especialistas será tentar localizar, por meio de provas documentais, se o senador Jader Barbalho ou seus familiares se beneficiaram, em algum momento, de recursos desviados do Banpará. Como existem indícios e certas evidências, os técnicos não vão analisar todo o material, mas sim aqueles dados sobre os quais já foram aventadas dúvidas. Se houver prova, então nós — da comissão — iremos recomendar ao conselho a abertura de inquérito contra Jader por quebra de decoro parlamentar — declarou Tuma, que, no entanto, não quis adiantar o tempo necessário para as conclusões dos técnicos.

Althoff defende reforma da legislação desportiva

Segundo o relator da CPI do Futebol, as leis atuais não têm abrangência suficiente para pacificar as discussões sobre o tema

A reforma da legislação desportiva foi defendida pelo relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Futebol, senador Geraldo Althoff (PFL-SC). As leis atuais não têm abrangência suficiente para pacificar as discussões sobre o tema, argumentou o senador ao



Geraldo Althoff considera que o modelo de gestão desportiva atual está esgotado

traçar um histórico da legislação relativa aos esportes, especialmente a do futebol. Para mostrar a necessidade de mudanças, Althoff citou o grande número de medidas provisórias sobre o assunto que têm sido editadas.

— A fragilidade da legislação vigente e a falta de mecanismos eficazes que inibam a ocorrência de ilícitos de natureza fiscal, tributá-

ria e penal, por pessoas físicas e jurídicas ligadas ao esporte, já foram identificadas pelo Parlamento brasileiro — afirmou.

O senador assinalou que a CPI do Futebol trouxe à tona diversas irregularidades que envolvem dirigentes, atletas e empresários. Para ele, a situação é resultado de um modelo de gestão esgotado, que privilegia o falso amadorismo e os interesses particulares de dirigentes. Esses fatos, acrescentou, reduziram o interesse do público pelo esporte. Ele citou dados segundo os quais o número de pessoas que não se interessam por futebol cresceu, no período de uma década, de 10% para 30% da população.

A concepção de uma estrutura jurídica competente, com regras claras e eficientes, constitui, na avaliação de Althoff, a tarefa mais importante da CPI do Futebol. “Sem regras, sem normatização, o esporte não pode existir.” Ele lembrou que as relações sociais se desenvolvem e são reguladas por normas concebidas e sedimentadas ao longo da evolução humana. “O direito deve refletir exatamente a variedade dessas relações, moldando-se aos reclamos da sociedade que se dispõe a interpretar.”

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR), presidente da CPI do Futebol, elogiou a dedicação e a competência de Althoff como relator. Álvaro apóia a reforma da legislação desportiva, “que é a estrutura da farsa”, e disse que espera poder contar com a colaboração do Executivo para que a nova legislação, a ser proposta pela CPI, possa tramitar e ser implementada com rapidez.

Caso Eurico Miranda na pauta de hoje da CPI

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Futebol realiza hoje, às 9h30, reunião administrativa para votar uma série



de requerimentos. Um deles propõe que o Senado remeta à Câmara dos Deputados documentos sigilosos relativos ao deputado Eurico Miranda (PPB-RJ), presidente do Vasco da Gama.

Na reunião, o presidente da CPI, senador Álvaro Dias, apresentará requerimento para que a comissão encaminhe à Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e à Receita Federal ofícios solicitando que sejam adotadas providências em relação ao contrato do jogador Alex com o clube italiano Parma.

De acordo com informações transmitidas por Alex ao senador, o Parma, que adquiriu do Palmeiras o passe do jogador, nunca pagou os salários do atleta, que teria recebido apenas a primeira parcela dos 15% sobre o valor do passe a que tem direito. Segundo o relato,

para jogar com sua equipe na Itália.

Além disso, o Parma teria transformado a obrigação de pagar os 15% sobre o passe de Alex em um contrato de cessão de imagem com sua *holding* Parmalat Participações S.A., cedendo tais direitos a uma terceira empresa, a Wishaw Trading S.A., numa manobra para fugir a obrigações fiscais e cambiais no Brasil, na avaliação dos advogados do jogador.

Alex não teria sido autorizado pelo clube italiano a exercer sua profissão em outra associação e nem chamado pelo Parma

Para Álvaro Dias, a CBF tem o dever de defender o atleta brasileiro, vítima dos abusos de dirigentes estrangeiros.

O senador entende também que a Receita Federal deve tomar medidas para apurar a denúncia contra o Parma.

Presidente do Vasco deve depor em 11 de novembro

A CPI que investiga irregularidades no futebol brasileiro já definiu as datas dos depoimentos do presidente do Vasco da Gama, deputado Eurico Miranda, e do presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira. Eurico falará no dia 11 de novembro. Teixeira, que já compareceu à CPI, voltará a depor em 2 de outubro.

Além dos dois dirigentes, serão ouvidos em agosto o presidente do Flamengo, Edmundo Santos Silva, e Márcio Braga, ex-presidente do clube carioca. Márcio Braga depõe no dia 28. Edmundo, no dia 30.

Patrocínio cobra reajuste digno para os servidores

O senador Carlos Patrocínio (sem partido-TO) defendeu ontem um reajuste salarial digno para o servidor público federal. Ele lembrou que o Brasil só poderá inserir-se na economia globalizada se contar com um serviço público eficiente, com servidores capacita-



Carlos Patrocínio: Brasil precisa de serviço público eficiente

dos e motivados, em condições de absorver as tecnologias requeridas pela dinâmica do mundo contemporâneo. “Isso não será possível com salários congelados há quase sete anos”, observou.

Patrocínio afirmou não estar pregando a desobediência à Lei de Responsabilidade Fiscal nem tampouco abuso nos gastos públicos. Não é possível, porém, acrescentou ele, aceitar uma situação em que aposentados, idosos, pensionistas, viúvas e servidores públicos continuam a ter suas fontes de renda defasadas enquanto as tarifas públicas crescem, a inflação, embora pequena, vai se acumulando e a carga tributária aumentando.

Na opinião do senador, é possível obter recursos para cobrir o reajuste do funcionalismo combatendo a inadimplência, a fraude e a sonegação fiscal. Também é possível, sugeriu, vender os imóveis da União — são 3 milhões de uni-

dades, avaliadas em R\$ 400 bilhões. Muitos desses imóveis não são utilizados diretamente no serviço público e produzem rendimento desprezível em relação ao seu valor, numa transferência disfarçada de recursos públicos para mãos de particulares, advertiu.

— Se esse patrimônio fosse racionalmente explorado, teríamos cerca de R\$ 500 milhões mensais, suficientes para reforçar as finanças públicas e possibilitando conceder reajuste digno para os servidores públicos — não os anunciados 3,5% — e fazer face a outros gastos sociais — propôs o senador.

Em apertes, os senadores Geraldo Cândido (PT-RJ), Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Arlindo Porto (PTB-MG) afirmaram que o reajuste de 3,5% para os servidores públicos federais, anunciado pelo governo, não pode ser aceito.

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), na qualidade de presidente da Comissão Mista de Orçamento, anunciou a formação de uma subcomissão com a função específica de encontrar fontes para custear reajuste adequado para os servidores públicos, “que deverá ser bem superior a esse percentual anunciado pelo governo”, afirmou.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — Saúde/Unip — Correção das deformações congênitas
6h30 — Cidadania — Edson de Oliveira, do Conselho Federal de Medicina, e Arlindo Almeida, da Abrange, falam sobre os planos de saúde
7h30 — Entrevista — O sen. Geraldo Cândido fala de reajuste salarial dos servidores
8h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado
8h30 — Saúde/Unip — Correção das deformações congênitas
9h — Comissão de Assuntos Sociais — Onze itens na pauta, entre eles o projeto que dispõe sobre limites de valores para as anuidades a serem pagas por corretores de imóveis aos conselhos regionais e concessão de desconto no valor das passagens aéreas para maiores de 60 anos (ao vivo)
Logo após — Reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos — Indicação de José Coelho para ministro do STM. Audiência pública sobre a Lei das S.A. com Arnold Wallid (Conselho Jurídico da Fiesp)/Sérgio Campenho (UFRJ)/Carmem Sylvia Motta Parkinson

(advogada)/Marcos Paulo de Almeida Salles (USP)/Bulhões Pedreira e Alfredo Lamy Filho (elaboradores do anteprojeto da Lei 6.404/76) (ao vivo)

14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 — Entrevista — Sen. Marina Silva
19h — As Cores do Brasil — Forte de Copacabana
19h30 — Cidadania — Edson de Oliveira, do Conselho Federal de Medicina, e Arlindo Almeida, da Abrange
20h30 — Entrevista — O sen. Pedro Piva faz balanço dos sete anos do real
21h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
8h — Senado Primeira Hora — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Comissão de Assuntos Sociais
14h15 — Senado Notícias
14h30 — Sessão Plenária do Senado
19h — A Voz do Brasil
20h — Música e informação
22h — Senado Notícias — Edição da Noite
23h — Senado Especial

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



Para José Agripino, com a nova lei acionistas minoritários passarão a ter maior proteção



Pedro Piva diz que é necessário preservar o trabalho já feito pela Câmara dos Deputados

Juristas debatem nova Lei das Sociedades Anônimas

As Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) reúnem-se em conjunto amanhã, às 11h30, para dar prosseguimento ao debate do projeto que altera a Lei das Sociedades Anônimas, com a realização de uma audiência pública que terá a participação de seis juristas, entre os quais Alfredo Lamir Filho e Bulhões Pereira, que participaram da elaboração da lei em vigor.

Também estarão presentes Arnoldo Wald, membro do Conselho Jurídico da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp); Sérgio Campenho, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Carmem Sylvia Motta Parkinson, advogada de mercado de capitais; e Marcos Paulo de Almeida Salles, professor da

Universidade de São Paulo (USP).

O relator da matéria na CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), acredita que a nova lei vai modernizar a legislação e fortalecer o mercado de capitais do país. Mas adverte que o ideal seria acabar com as ações preferenciais (sem direito a voto), deixando apenas as ações ordinárias (com direito a voto). Já o relator da matéria na CAE, senador Pedro Piva (PSDB-SP), entende ser necessário preservar o trabalho feito até o momento e já aprovado pela Câmara dos Deputados. A mesma opinião é defendida pelo senador Roberto Freire (PPS-PE).

De acordo com as alterações propostas na nova Lei das S.A., os acionistas minoritários passarão a ter maior proteção.



LOBÃO RECEBE NOVO EMBAIXADOR DE PORTUGAL

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, recebeu, na manhã de ontem, o novo embaixador de Portugal no país, Antonio Franco. O senador deu as boas-vindas ao diplomata e manifestou sua confiança no aprimoramento e na ampliação das relações políticas, econômicas e culturais entre os dois países. O embaixador Antonio Franco disse a Lobão ter esse objetivo.

Suassuna: país precisa investir nas exportações

Para senador pela Paraíba, só assim o Brasil poderá enfrentar os reflexos negativos da crise argentina

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) alertou ontem o governo para a necessidade de investir pesadamente nas exportações como forma de enfrentar os reflexos negativos da crise argentina. Na avaliação do senador, só a exportação pode salvar o Brasil e evitar que o país "treme a cada nova crise", devido a sua estrutura econômica frágil. Ele analisou as causas da crise na Argentina e disse que o Brasil deve fazer revisões profundas para obter divisas para o país.

Uma quebra da Argentina, alertou o senador, terá efeitos negativos no Brasil, não só por ser aquele país um importante parceiro, como também pelo prejuízo que causará à construção do Mercosul. Ele lembrou que a situação preocupa também as autoridades comerciais da União Europeia, que vêem nos negócios com o Mercosul a possibilidade de um

mundo multipolar, em contraponto à crescente hegemonia dos Estados Unidos.

O senador disse não entender como a oitava economia do mundo não cuida dos seus portos, já que é por eles que os produtos são escoados para outros países. Citou o caso do Porto de Santos que se departamentalizou tanto que "esclerosou". Lembrou sugestão que fez ao presidente Fernando Henrique para que o porta-aviões Minas Gerais, que vai ser desativado, seja transformado em plataforma de exportação, levando produtos brasileiros para mostrar em outros países.

Em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) afirmou que a bancada do Espírito Santo, há cinco anos, vem tentando recursos para o Porto



Ney Suassuna também pediu atenção para os portos

de Vitória, sem obter sucesso até agora. O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) relatou que em seminário sobre a França, de que participou no Rio de Janeiro, na segunda-feira, o embaixador do Brasil naquele país, Marcos Azambuja, disse que os brasileiros devem ir

àquele país não para passear, mas para negociar e trazer divisas para o Brasil.

O senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) frisou que o país também não sabe explorar o turismo. Ele informou que, embora a Bahia receba grande número de turistas, a receita do estado com a atividade é pequena. O senador Luiz Otávio (sem partido-PA) defendeu a melhoria dos portos e o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) disse que o país deve reconstruir sua marinha mercante para aumentar as exportações.

Hartung defende correção da tabela de desconto do IR

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) fez um apelo ao deputado Mussa Demes (PFL-PI) para que não seja desfigurado o projeto de sua autoria corrigindo linearmente em 28,4% as faixas de isenção e os limites de deduções do Imposto de Renda das pessoas físicas. O deputado é o relator da proposta na Câmara dos Deputados. O projeto de Hartung foi aprovado no Senado no ano passado.

Hartung explicou que a tabela de Imposto de Renda está congelada há seis anos, resultando num au-

mento de carga tributária sobre a classe média de 24% para 32%.

— Isso não é imposto, é confisco. É urgente que o Legislativo aprove a correção linear da tabela para dar um alívio para os contribuintes — disse.

Ele afirmou não pretender que a Câmara aprove o projeto na forma como foi remetido pelo Senado. "Mas não deve ser feita uma negociação que desfigure a matéria, que transforme o seu sentido, que é o sentido da justiça social", enfatizou.



Hartung pediu ao relator na Câmara que não seja desfigurado o projeto

O senador argumentou que a proposta visa corrigir distorções como o fato de trabalhadores que se situavam na faixa de isento, em 1995, hoje estejam pagando imposto, sem ter obtido aumento real de salário, no máximo a reposição da inflação.

— A correção da tabela reverterá esse estado de coisas. Isso se chama justiça fiscal — afirmou.



CAS analisa normas para depósito de rejeito radioativo

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve analisar hoje, a partir das 9h, substitutivo da Câmara a projeto do Senado que dispõe sobre a seleção de locais para depósitos de rejeitos radioativos, bem como a construção, o licenciamento, a operação, a fiscalização e a responsabilidade civil sobre esses depósitos, entre outros aspectos.

O projeto, de iniciativa do en-

tao senador Itamar Franco, e o substitutivo aprovado pelos deputados receberam do senador Pedro Simon (PMDB-RS) parecer pela prejudicialidade. Simon argumentou que os textos não se adequam ao que prevê a Convenção Internacional de Segurança Nuclear, assinada em Viena, em 1994. Mas o senador Romero Jucá (PSDB-RR) apresentou voto em separado, favorável ao substitutivo votado pelos deputados. Jucá sustentou que a convenção não

se aplica a rejeitos radioativos, mas tão-somente a usinas nucleares civis.

Outro projeto que deverá ser examinado pela CAS é o que proíbe a exigência de teste genético para detecção prévia de doenças como condição para participar de planos e seguros privados de assistência à saúde. A proposta será votada em decisão terminativa — o que significa que, se aprovada, será encaminhada à Câmara, exceto se houver recurso para

que seja examinada pelo Plenário.

O autor da proposta, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), afirma que a exigência, por um plano ou seguro de saúde, do conhecimento antecipado do conteúdo genético de um cidadão é discriminatória e atenta contra a privacidade do cliente. O relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), apresentou parecer favorável, observando que o uso de técnicas mais avançadas na área de pesquisa médica e biológica não

pode atentar contra os direitos humanos, individuais e sociais.

Na pauta da CAS, estão ainda, entre outros, projeto que estabelece a gratuidade de extratos bancários referentes ao FGTS; o que garante aos maiores de 65 anos de idade desconto de 50% no valor das passagens aéreas em todo o território nacional e no transporte interestadual rodoviário, ferroviário e aquaviário; e o que dispõe sobre as transferências da União destinadas ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Registro das conexões à Internet pode ser obrigatório

Substitutivo aprovado pela CE determina que provedores guardem por um ano os dados sobre os endereços acessados pelos usuários

Com o objetivo de responsabilizar aqueles que façam mau uso da Internet, a Comissão de Educação (CE) aprovou ontem, em caráter terminativo, substitutivo do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que torna obrigatório o registro das conexões entre usuários e provedores de acesso à Internet. A proposta segue agora para a Câmara, a menos que haja recurso solicitando sua votação em Plenário.

O substitutivo prevê a manutenção, pelos provedores da Internet, por no mínimo um ano, do registro de todas as conexões efetuadas por seu intermédio. As informações deverão conter hora de início e término da conexão e o protocolo acessado. Os provedores também deverão manter cadastro atualizado dos clientes, com identificação civil, inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e endereço. Os dados referentes às conexões realizadas pelo usuário, bem como o conteúdo, só poderão ser forneci-



A Comissão de Educação aprovou o substitutivo em caráter terminativo

dos às autoridades, mediante determinação judicial.

Álvaro Dias incorporou quatro emendas do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) ao seu parecer.

O autor do projeto, o ex-senador Luiz Estevão, afirma na justificativa da proposta que ainda não se sabe a real importância da Internet na sociedade. Daí ser recomendável, a seu ver, com o objetivo de preservar os benefícios da

rede mundial, que haja cuidado com a segurança da disseminação da informação.

Na mesma reunião, os senadores da CE pediram vista coletiva do projeto do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que define e tipifica os delitos "informáticos". O senador José Fogaça (PMDB-RS) apresentou parecer favorável, questionado pelo senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS).

Audiência discutirá regime de emissoras

A Comissão de Educação aprovou ontem requerimento dos senadores Geraldo Cândido (PT-RJ) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE) solicitando a realização de audiência pública da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática para discutir a proposta de emenda à Constituição que modifica o regime de propriedade das empresas jornalísticas de som e imagem.

Também foram aprovados projetos de decreto legislativo outorgando permissão para a exploração de serviço de radiodifusão pela Fundação Santa Luzia, em Carangola (MG); Fundação Maria Rainha da Paz, em Manhuaçu (MG); e à 98 Timburi FM, em Andará (PR).

A comissão aprovou, ainda, 22 decretos legislativos autorizando a execução de serviço de radiodifusão comunitária pelas seguintes instituições, entre outras: Fundação Hospitalar do Trabalhador Rural de São Jorge do Ivaí



Geraldo Cândido é um dos autores do requerimento para que a Comissão de Educação realize o debate

(PR); Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Uraí (PR); Associação Comunitária Oliveirense de Rádio Difusão, em Oliveira (MG); Associação Comunitária Rádio São Thomé, em Campos dos Goytacazes (RJ); Rádio Comunitária Madalena, em Santa Maria Madalena (RJ); Associação Rádio Comunitária Jaborá (SC); Associa-

ção Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Naviraí (MS); Associação Comunitária Beneficente e Cultural Dona Joaquina Pompéu, em Pompéu (MG); Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Comunidade em Ação, em Muzambinho (MG); Associação Cultural e Comunitária de Santa Cruz do Monte Castelo (PR); Associação O Bom Samaritano, em Rio Branco do Sul (PR); Associação Comunitária Educativa e Cultural de Afrânio (PE); Associação Assistencial e Cultural Irmã Eliza, em Coronel Ezequiel (RN); Rádio Comunitária de Itambé (PE); Associação Creche Lar da Criança Feliz, em Paineiras (MG); Associação Comunitária e Cultural Ipanemense, em Ipanema (MG); Associação de Rádio Difusão Comunitária Dom Silvério, em Dom Silvério (MG); Associação Cultural Comunitária de Lagoa Formosa (MG); e Associação N. Senhora das Dores, de Cândido Mota (SP).

Número de incêndios na Amazônia é alarmante, diz Marina Silva

A senadora Marina Silva (PT-AC) lamentou ontem em discurso o "alarmante aumento" do número de focos de incêndio na Amazônia. Conforme dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em julho foram registrados 6.762 incêndios e, nos primeiros 20 dias deste mês, 21.174 focos de fogo.

Só Mato Grosso e Pará registram em agosto praticamente a metade de todos os incêndios da Amazônia. A exceção, conforme Marina, são Acre e Amapá, cujos governos vêm adotando políticas de preservação de suas matas e de conscientização dos agricultores para que evitem queimadas. No Acre, ocorreram neste mês apenas 136 incêndios, conforme o Inpe. Na noite de ontem, os satélites constataram 1.458 pontos de fogo em toda



Segundo Marina Silva, medidas no Acre e Amapá têm reduzido os incêndios

a Amazônia.

— Essa é a única boa notícia na repetição desse ritual macabro de todo ano contra o meio ambiente. Conforme o Inpe, o Brasil promove em média mais de 300 mil queimadas por ano. Os incêndios na Amazônia têm mantido o Brasil entre os maio-

res poluidores da atmosfera.

Marina informou que estudos recentes acrescentaram mais um efeito nocivo ao rol de danos provocados por queimadas, além dos já conhecidos. Trata-se da elevação da concentração de ozônio, gás que danifica a floresta não queimada, em regiões localizadas a centenas de quilômetros de distância do fogo. Assim, um incêndio destrói a floresta não apenas onde há o fogo, mas também nas áreas longe do fogo.

Maldaner pede ao governo que mantenha recursos para o Pronaf

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) apelou ao ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, que tente junto à área econômica do governo rever a decisão de cortar parte dos recursos que seriam destinados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Segundo relatou, dos 57 municípios de Santa Catarina que seriam beneficiados pelo programa, 40 foram excluídos.

Maldaner acredita que a mesma situação deve estar se repetindo em outros estados, e criticou a postura do governador de Santa Catarina, Espiridião Amin, por não ter se mobilizado para tentar rever a decisão do governo.

— Ele poderia ter tomado a iniciativa de vir a Brasília e convidar senadores e deputados para tentar reverter os cortes — comentou.

O Pronaf, na opinião de Maldaner, é um dos bons programas mantidos pelo governo federal e

tem influência decisiva na fixação do homem no campo. O objetivo do programa é apoiar o desenvolvimento rural a partir do fortalecimento da agricultura familiar, gerando emprego e renda. Ele também financia infra-estrutura e serviços nos municípios, além da produção da agricultura familiar por meio de crédito rural, e destina recursos à profissionalização.

Maldaner sugeriu que, em vez de cortar os projetos previstos para serem financiados pelo Pronaf, o governo poderia ter diminuído os valores liberados

para cada cidade e feito seleção entre os projetos apresentados. O senador lembrou que os municípios foram selecionados para participar do programa por serem carentes e precisarem de apoio para se desenvolver.

Os cortes, na avaliação de Maldaner, contribuirão para aumentar o êxodo rural e ampliar os problemas dos grandes centros urbanos.



Casildo Maldaner: o corte de recursos prejudicará 40 municípios de Santa Catarina

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares, Mozarildo Cavalcanti e Lindberg Cury